

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação aos direitos e deveres do(a) assistente social no exercício de sua profissão, julgue os itens a seguir, à luz do Código de Ética do(a) Assistente Social.

- 51 Ao atuar no mercado privado, como as empresas, o(a) assistente social deve fazer que a sua conduta priorize a ética e as metas da empresa contratante em detrimento da conduta ditada pelo Código de Ética do(a) Assistente Social.
- 52 Em situação de calamidade pública, é dever do(a) assistente social participar de programas de socorro à população em risco, no atendimento e defesa de interesses e necessidades sociais.
- 53 É dever do(a) assistente social propiciar a participação dos usuários no espaço institucional e contribuir para que eles colaborem nas decisões das instituições.
- 54 É direito do(a) assistente social publicar em seu nome trabalhos de terceiros, desde que executados sob sua orientação.
- 55 É direito do(a) assistente social manter o sigilo profissional, exceto em caso de situações graves que possam prejudicar o interesse do usuário, de terceiros e da coletividade.

O cometimento de algum tipo de infração que atente contra o Código de Ética profissional sujeita o(a) assistente social às penalidades previstas nesse código. A esse respeito, julgue o próximo item.

- 56 Entre as penalidades previstas ao(à) assistente social, no caso de infração ao Código de Ética, estão multas, advertências, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, as quais se destinam a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Com relação à assistência social, julgue os itens que se seguem.

- 57 A assistência social não tem caráter contributivo para os seus beneficiários e deve ser prestada a quem dela necessitar, por meio da utilização de recursos oriundos do orçamento da seguridade social e de outras fontes.
- 58 Um dos objetivos da assistência social é a proteção à velhice e, por isso, garante um salário-mínimo de benefício mensal ao idoso que comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue os itens subsecutivos.

- 59 A instituição e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, com orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social, configuram condição para o repasse de recursos financeiros da esfera federal para a municipal.
- 60 A Política Nacional de Assistência Social é coordenada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e tem composição paritária entre governo, instituições privadas beneficentes, sociedade civil e conselhos de classe.
- 61 Os centros de referência de assistência social (CRAS) e os centros de referência especializados de assistência social (CREAS) são unidades públicas que ofertam proteções sociais, respectivamente, básicas e especiais, e possuem interface com outras políticas sociais.
- 62 É competência do Conselho Nacional de Assistência Social elaborar e aprovar a Política Nacional de Assistência Social e coordenar os conselhos estaduais e municipais de assistência social.
- 63 É competência do Conselho Nacional de Assistência Social convocar, ordinariamente, a cada dois anos, a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá como um dos seus objetivos a avaliação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos estados e municípios.
- 64 Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social aprovar anualmente as instituições que prestarão serviços beneficentes e autorizar a transferência de recursos às instituições assistenciais.
- 65 O Conselho Nacional de Assistência Social é um órgão colegiado com caráter deliberativo, vinculado ao órgão gestor de assistência social, cabendo a esse órgão gestor prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

José, com sessenta e oito anos de idade, casado com Júlia, recebe o benefício de prestação continuada há um ano. Na sua casa, além da sua esposa, que tem cinquenta e três anos de idade e nunca trabalhou formalmente, moram dois filhos desempregados e uma filha que recebe bolsa de um estágio supervisionado como única fonte de renda. José, há um mês, recebeu em casa, em caráter temporário, um primo que mora em uma cidade do interior e está procurando emprego na capital.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os seguintes itens.

- 66 Se José optar pelo acolhimento em uma instituição de longa permanência, o seu benefício de prestação continuada será suspenso.
- 67 Se o primo de José conseguir um emprego com remuneração de dois salários-mínimos mensais, esse fato não interferirá no direito de José ao recebimento do benefício de prestação continuada.
- 68 Na hipótese de um dos filhos de José conseguir emprego com remuneração mensal de um salário-mínimo, o seu benefício de prestação continuada será cancelado.
- 69 Considerando-se a situação atual da família, Júlia também terá direito ao benefício de prestação continuada quando completar cinquenta e seis anos de idade, por não ser aposentada, e desde que seus filhos ainda estejam desempregados.

- 70 Caso, em atualização cadastral, José tenha de informar ao CRAS que a sua filha está recebendo remuneração proveniente de um estágio supervisionado, o valor do seu benefício de prestação continuada será reduzido.
- 71 O benefício de prestação continuada de José deverá ser revisto a cada dois anos para avaliação da continuidade das condições que o originaram.
- 72 Na hipótese de o primo de José ficar morando definitivamente em sua casa, o benefício de prestação continuada poderá ser reajustado em um quarto do valor do salário-mínimo para ajuda nas despesas da família.

Em relação aos casos de violência contra criança e idoso, julgue os itens que se seguem, considerando os respectivos estatutos vigentes.

- 73 Os serviços de saúde devem realizar a notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados de violência contra criança, priorizar o atendimento na faixa etária da primeira infância e atuar conjuntamente com a rede de proteção. Nesses casos, o(a) assistente social deve notificar o conselho tutelar responsável pelo território em que ocorreu tal situação.
- 74 Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde, públicos e privados, à autoridade sanitária. Nessas situações, o(a) assistente social deve comunicá-los ao Conselho do Idoso, com vistas à garantia da vida e segurança do idoso.

Julgue os próximos itens, relativos às políticas sociais e a aspectos correlatos a essa temática.

- 75 O economista indiano Amartya Sen considera a pobreza um fenômeno social de natureza econômica que resulta da insuficiência de renda.
- 76 No Brasil, os programas de transferência de renda têm sido apontados na esfera pública contemporânea como um dos mecanismos de minimização da desigualdade socioeconômica, embora não impliquem alívio imediato da pobreza.
- 77 A questão social é pauta de referência dos BRICS — acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, cuja finalidade é influir sobre a geopolítica e o mercado globais a partir da defesa e da garantia dos direitos dos países pobres e em crescimento para que participem do desenvolvimento em condições equitativas.
- 78 O serviço social intervém no âmbito da questão social, norteando-se no projeto ético-político e agindo em consonância com o programa societário do capitalismo vigente, mesmo que este, indiretamente, produza situações de opressão e exploração dos indivíduos.

Acerca da atuação dos(as) assistentes sociais na saúde, julgue os itens subsequentes.

- 79 Por serem bacharéis em serviço social, e não terem grau de licenciatura, os(as) assistentes sociais que realizam ações de educação em saúde, sobretudo no âmbito da chamada atenção primária em saúde, contrariam a lei.
- 80 A notificação de tentativa de suicídio é compulsória nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, cabendo aos profissionais de saúde ou responsáveis pelo serviço que prestarem a primeira assistência ao paciente tomadas rápidas de decisão, a fim de encaminhá-lo aos serviços da rede de atenção à saúde mental e, principalmente, evitar a reincidência.
- 81 É obrigatória a solicitação ao Ministério Público para a internação compulsória dos pacientes que sobreviveram a tentativas de suicídio, sendo os(as) assistentes sociais os profissionais responsáveis por fazer tal solicitação.
- 82 Os(As) assistentes sociais que atuam em estabelecimentos de saúde têm o dever de notificar o Cadastro Único sobre os óbitos dos pacientes para, quando for o caso, serem concedidos eventuais benefícios pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).
- 83 As atribuições e as competências dos(as) assistentes sociais inseridos nas equipes de saúde têm caráter eminentemente técnico-administrativo, conforme preconizado pelos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.
- 84 Entre as atribuições e competências dos(as) assistentes sociais que atuam na rede de atenção à saúde mental não se inclui a realização de terapias, devendo o(a) assistente social ater-se às suas habilidades com indivíduos, grupos, famílias e(ou) comunidade.

Julgue os seguintes itens, relativos a metodologia científica e estágio.

- 85 O mundo dos significados faz parte do escopo da abordagem metodológica qualitativa; a objetividade atingida por técnicas estatísticas remete à abordagem metodológica quantitativa.
- 86 O tema de uma pesquisa refere-se ao conhecimento que ela produzirá acerca do objeto pesquisado.
- 87 Os fóruns de supervisão de estágio são *loci* estratégicos de caráter político-formativo compostos pelos(as) discentes, docentes e assistentes sociais que atuam como supervisores de estágio.
- 88 A supervisão de estágio, bem como de projetos, programas, políticas sociais e de equipes de assistentes sociais, sofre a interferência das antíteses do contexto social, do qual fazem parte a instituição e os sujeitos de naturezas social e política.

Com relação ao Código de Ética do(a) Assistente Social e à prática profissional desse grupo, julgue os itens a seguir.

- 89** O Conselho Federal de Serviço Social atua em conjunto com os conselhos regionais e suas seccionais em todo o país, o que possibilita ao(à) assistente social a inscrição permanente no cadastro único do órgão para o exercício legal da profissão em qualquer estado do Brasil.
- 90** O projeto ético-político do serviço social, sedimentado no Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, tem como um dos princípios fundamentais a defesa irredutível e inexorável dos direitos humanos contra todo tipo de autoritarismo, exploração e opressão.
- 91** Nos termos do Código Deontológico de 1993, é dever do(a) assistente social denunciar ao Ministério Público do Trabalho condições laborais que não sejam dignas ou que possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- 92** É vedado aos(às) assistentes sociais prevalecer-se de cargo de chefia para atos de abuso de autoridade, salvo se se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário.

Julgue os itens que se seguem, relativos a temas do escopo de serviço social.

- 93** O tráfico de pessoas, que, por vezes, consiste no uso da força ou de mecanismos de coação para deslocar uma pessoa de um lugar ao outro para explorá-la, tem grande impacto no mercado financeiro mundial e pode ser considerado uma das expressões da questão social.
- 94** Nas unidades de saúde, os(as) assistentes sociais são responsáveis pela triagem que avalia a designação dos pacientes como pessoas trans — travestis, transexuais e(ou) transgêneros —, cujo objetivo é subsidiar a gestão de leitos na escolha de enfermarias de internação destinadas a homens e mulheres.
- 95** As órteses, as próteses, as dietas de prescrição especial e o apoio financeiro para tratamento fora do município são benefícios eventuais, dispostos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), concedidos aos cidadãos em situação de extrema pobreza.
- 96** Prestar orientações a indivíduos e grupos de inúmeros segmentos sociais é atividade inerente aos processos de trabalho dos(as) assistentes sociais em diversos espaços ocupacionais, com o intuito de identificar recursos e utilizá-los no atendimento e na defesa de direitos.
- 97** Todos os segurados da previdência social e seus respectivos dependentes têm direito de acesso ao serviço social do Instituto Nacional de Seguro Social.

Tendo em vista que, em sua atuação na área de saúde, o(a) assistente social é demandado a intervir em situações que envolvam direitos reprodutivos, saúde da mulher, proteção social à mulher, entre outras interfaces sociais, julgue os itens a seguir.

- 98** No Brasil, não há previsão legal acerca do direito à atenção humanizada e integral na saúde pública para a mulher em abortamento fora das hipóteses legais.
- 99** Os marcos internacionais concernentes a direito reprodutivo definem que este é constituído por direitos humanos, estabelecendo que toda pessoa deve dispor de controle e decisão sobre as questões relativas à sua sexualidade e reprodução, sem coerção, discriminação e violência.
- 100** Nos casos de aborto autoprovocado, o(a) assistente social, em cumprimento ao seu código de ética profissional, deve comunicar o fato às forças de segurança pública.
- 101** A legislação brasileira, incorporando os direitos humanos internacionais, prevê princípios, normas éticas e jurídicas relacionadas à prevenção da gestação indesejada e ao abortamento.
- 102** No caso de mulher com deficiência, a gravidez é considerada violência sexual, ainda que haja consentimento da mulher ou de seu representante legal, incidindo, nessa situação, o direito ao abortamento legal.

Considerando os princípios éticos, políticos e normativos que regulam o serviço social e orientam a atuação do(a) assistente social no âmbito da política de saúde, julgue os itens que se seguem.

- 103** Nos casos de abortamento em gravidez por violência sexual, o procedimento clínico deve ser precedido de autorização judicial.
- 104** O acolhimento e a orientação social devem promover a autodeterminação, segundo o princípio ético da autonomia, proporcionando a escuta qualificada e o respeito à pluralidade.
- 105** É responsabilidade do(a) assistente social a notificação compulsória de violências, cabendo aos demais profissionais da saúde comunicar ao(à) assistente social acerca dos casos de violência diagnosticados.
- 106** Para os trabalhadores de todas as empresas privadas, atualmente a licença-paternidade pode ser prorrogada por mais quinze dias, indo além dos cinco dias previstos na Constituição Federal de 1988.

A respeito dos direitos sociais de populações vulneráveis, como idosos, crianças e adolescentes, e da atuação do(a) assistente social no atendimento a essas populações, julgue os itens seguintes.

- 107** O castigo físico e(ou) o tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina e educação de criança ou adolescente, a depender da gravidade da violência, poderão levar o agressor à prisão.
- 108** O Estatuto do Idoso regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, indicando a família do idoso como responsável por assegurar-lhe a efetivação do seu direito à vida e ao convívio social.
- 109** O atendimento e a prestação de cuidados ao idoso por sua própria família em geral devem ser priorizados, em detrimento do atendimento asilar.
- 110** Devem ser garantidas condições apropriadas para que o acompanhante de um idoso internado em unidade de saúde possa acompanhar o paciente em tempo integral, dispondo de condições apropriadas e de alimentação.

- 111 Ao idoso deve ser prestada a assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência nos casos de verificada inexistência de grupo familiar; situações de hipossuficiência de renda do idoso e(ou) dos familiares, entretanto, não determinam o acesso a esse tipo de entidade.
- 112 O Estatuto do Idoso prevê a existência de serviço de identificação e de localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.

---

A proteção social à pessoa com deficiência no Brasil tem entre seus marcos político-normativos a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (PNSPPD). Considerando a atuação do(a) assistente social no campo da saúde nesse contexto, julgue os próximos itens.

- 113 Constituem campo de intervenção da PNSPPD doenças que causam incapacidades permanentes, entre as quais se encontram as doenças cardiovasculares, a hipertensão arterial e a insuficiência coronária.
- 114 As doenças crônicas são objeto da PNSPPD por apresentarem alta probabilidade de geração de incapacidades.
- 115 Devido ao fato de serem vítimas de deficiência no sistema excretor, com limitações em várias esferas da vida, tanto social quanto pessoal, pessoas portadoras de ostomias contam com a proteção da PNSPPD.
- 116 A concessão de órteses e próteses às pessoas com deficiência faz parte dos procedimentos de reabilitação nos níveis ambulatorial e hospitalar do Sistema Único de Saúde.

---

Julgue os itens subsequentes, a respeito da atuação do(a) assistente social ante os seus princípios éticos e as suas relações com a diversidade sexual e de gênero e com os direitos humanos no campo da saúde.

- 117 O(A) assistente social deve respeitar o direito à autodesignação das pessoas trans, defendendo a utilização do nome social por essa população, sob a perspectiva de aprofundamento dos direitos humanos.
- 118 Cabe aos(às) assistentes sociais, em seus espaços sócio-ocupacionais, a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e de identidade de gênero.
- 119 O Código de Ética do(a) Assistente Social define a liberdade como um valor ético central. Nesse sentido, a defesa da autonomia do indivíduo social sobre seu próprio corpo é dever do(a) assistente social, que, por isso, fica impedido de balizar sua conduta profissional por critérios morais e religiosos que gerem exclusão.
- 120 O pleno exercício da cidadania e a saúde integral da população LGBTI devem ser assegurados, visto que os direitos de livre orientação sexual e de livre identidade de gênero são direitos humanos.

Espaço livre